

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.841.567 - DF (2019/0297494-5)

RELATOR : MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE
RECORRENTE : FORTALEZA FOMENTO MERCANTIL LTDA
ADVOGADO : LÍCIA GUIMARAES MARQUES NASCIMENTO - DF037322
RECORRIDO : ARILDO FURTADO DE ARAUJO
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
RECORRIDO : EDUARDO OLÍMPIO RAMOS
RECORRIDO : BRIX COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA
ADVOGADO : JOSE SILVEIRA TEIXEIRA - DF040717

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. 1. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. 2. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. 3. CONCLUSÃO FUNDADA NA APRECIÇÃO DE FATOS E PROVAS. SÚMULA 7 DO STJ. 4. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DA DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. SITUAÇÕES DISTINTAS. 5. RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por Fortaleza Fomento Mercantil Ltda., com fundamento nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pela Segunda Turma Cível do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, assim ementado (e-STJ, fl. 218):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. CHEQUE NOMINAL. ASSINATURA DO BENEFICIÁRIO NO VERSO DO CHEQUE. AVAL. NÃO CONFIGURAÇÃO. ART. 30 DA LEI Nº 7.357/1985. ENDOSSO CONFIGURADO. ILEGITIMIDADE PASSIVA *AD CAUSAM*.

Conforme prevê o art. 30 da Lei nº 7.357/1985, a mera existência de assinatura no verso do título já confere os efeitos de aval, caso a firma não seja do próprio emitente.

Entretanto, sendo a assinatura do próprio beneficiário de cheque nominal, ausente a expressão a expressão "por aval" ou outra similar, mister considerar que não se trata de aval, mas sim de constituição de endosso.

Os embargos de declaração foram rejeitados.

Superior Tribunal de Justiça

Nas razões do recurso especial, alega a insurgente ofensa aos arts. 283, 396, 397 e 535, I e II, do CPC/1973; 489, 994, IV, 1.021, 1.022 e 1.026 do CPC/2015; 30 da Lei n. 7.357/1985, além da existência de divergência jurisprudencial.

Sustenta, em síntese: i) negativa de prestação jurisdicional "quanto ao que representa a segunda assinatura no verso da córtula" (e-STJ, fl. 267); e ii) "a mera existência de assinatura no verso do título já confere os efeitos de aval, caso a firma não seja do próprio emitente, que corresponde ao caso concreto, em que existe a assinatura solta do Sr. Arildo, por duas vezes, uma como pessoa física e a outra como representante da pessoa jurídica" (e-STJ, fl. 268).

Busca, assim, o reconhecimento da legitimidade passiva do executado Arildo Furtado de Araújo.

Admitido o processamento do recurso especial na origem, os autos ascenderam a esta Corte.

Brevemente relatado, decido.

De início, faz-se necessário ponderar que o recurso especial é reclamo de natureza vinculada e, para o seu cabimento, é imprescindível que o recorrente demonstre de forma clara as razões pelas quais entende que os dispositivos apontados foram malferidos pela decisão recorrida, sob pena de inadmissão.

Portanto, ao interpor o recurso especial alegando ofensa aos arts. 283, 396, 397 do CPC/1973; e 994, IV, 1.021 e 1.026 do CPC/2015, sem demonstrar como a violação teria ocorrido, constata-se que a argumentação apresentada no recurso mostra-se deficiente, atraindo, assim, a incidência do verbete n. 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

No tocante à suposta negativa de prestação jurisdicional, é preciso deixar claro que o acórdão recorrido resolveu satisfatoriamente as questões deduzidas no processo, sem incorrer nos vícios de obscuridade, contradição ou omissão com relação a ponto controvertido relevante, cujo exame pudesse levar a um diferente resultado na prestação de tutela jurisdicional.

Superior Tribunal de Justiça

Assinala-se que o acórdão recorrido expressamente enfrentou as questões suscitadas pela recorrente, notadamente acerca das duas assinaturas no verso do cheque, tratando-se, na verdade, de pretensão de novo julgamento das matérias.

Desse modo, aplica-se à espécie o entendimento pacífico do STJ segundo o qual "não se configura a ofensa aos arts. 489, § 1º, e 1.022 do Código de Processo Civil/2015, uma vez que o Tribunal de origem julgou integralmente a lide e solucionou a controvérsia, tal como lhe foi apresentada" (REsp n. 1.638.961/RS, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 13/12/2016, DJe 02/02/2017).

Quanto ao mérito da insurgência, consta do acórdão recorrido (e-STJ, fl. 220, sem grifo no original):

No caso específico, verifica-se que, em resumo, a agravante busca a execução de cheque emitido por Eduardo Olímpio Ramos, no valor de R\$7.880,00, tendo como suposto avalista Arildo Furtado de Araújo, ora agravado, também sócio da empresa Brix Comércio de Gêneros Alimentícios, com que a agravante possuía contrato de fomento mercantil.

No verso da cártula (ID nº 6090251 – fl. 4), além da assinatura do próprio agravante, constam duas assinaturas de autoria do agravado, sendo que não há qualquer indicação de aval.

É certo que, conforme prevê o art. 30 da Lei nº 7.357/1985, a mera existência de assinatura no verso do título já confere os efeitos de aval, caso a firma não seja do próprio emitente.

Entretanto, sendo a assinatura daquele que recebeu o cheque nominalmente, ausente a expressão a expressão "por aval" ou outra similar, mister considerar que não se trata de aval, mas sim de constituição de endosso.

No caso, o cheque objeto da execução foi emitido nominalmente à empresa Brix Coml. de Gênero Alimentícios Ltda. (ID nº 6090256 – fl. 1), da qual o agravado é sócio administrador, daí porque assinou o verso do cheque como representante da beneficiária do título na qualidade de endossante.

(...)

Assim, denotado que **o cheque não foi emitido ao portador, mas sim nominal, e assinatura constante do seu verso é do beneficiário, a conclusão é que somente pode ter sido efetivada como endosso.**

Daí porque correta a conclusão do r. de que o sr. Arildo, como representante da Brix Coml. de decisum Gêneros Alimentícios LTDA, a quem o cheque encontra-se nominal, assinou o verso da cártula na qualidade de endossante, não como avalista.

Logo, não há como desconstituir o entendimento delineado no acórdão

Superior Tribunal de Justiça

impugnado (a assinatura constante do verso da c rtula   do beneficiário), sem que se proceda ao reexame dos fatos e das provas dos autos, o que não se admite nesta instância extraordinária, em decorrência do disposto na Súmula 7/STJ.

Destarte, o acórdão paradigma considerou como aval a assinatura aposta no verso da c rtula por pessoa não beneficiária do cheque, ou seja, situação distinta do acórdão recorrido. Portanto, constata-se que, no presente caso, trata-se de endosso.

Ante o exposto, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília, 05 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator